



ST12. HISTÓRIA LOCAL E MEMÓRIAS PESQUISANDO EM ESCALA E ENSINANDO CONEXÕES

822

HISTÓRIA LOCAL E MEMÓRIAS: DISPUTAS PELA PRODUÇÃO DA MEMÓRIA LOCAL

Antonio Fernando Cordeiro Guedes Junior¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é problematizar as funções sociais da História e suas utilizações buscando contribuir para a compreensão de como a memória e a escrita da história são frutos do trabalho constante das sociedades que as engendram. Estudar sobre a produção da memória e da historiografia bem como a função da história sobre esses episódios, entendendo-os como espaços específicos de disputas trazendo novas reflexões sobre as funções sociais destas memórias. Para isto pensamos o caso específico da produção historiográfica paraibana, notadamente a disputa em torno da Memória e da História de João Pessoa.

Palavras-chave: História local. Memória. História de João Pessoa.

Este trabalho é parte da dissertação de mestrado *Parahyba ou João Pessoa: um estudo sobre a função social da História* onde, entre outras discussões, refletimos sobre as disputas pela produção da memória local. Assim, para entendermos as disputas pela produção da historiografia paraibana, procuramos partir do Instituto Histórico Geográfico Paraibano por entendermos que o IHGP e seus fundadores foram os primeiros “historiadores” a se preocuparem com a sistematização da História local, sua preservação e difusão.

Acreditamos ser pertinente este momento da historiografia porque para muitos, e, notadamente para os próprios, o IHGP e sua produção foi um divisor de águas: antes não havia História da Paraíba, só a partir deste momento é que começa a existir, começa a historiografia paraibana. (DIAS, 1996)

A historiografia produzida entre 1909 e 1928, notadamente nos seis primeiros volumes da revista do IGHP é um momento singular da construção da História Local. A partir desse instituto se constrói um passado que dá referência a um povo. Esse estudo foi promovido pela historiadora Margarida Maria Dias de Oliveira em *Intrepida Ab Origine* e, como a própria se referiu naquela altura: “É portanto, para explicitar esta

¹ Professor Mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

historiografia como parte de um projeto específico de concepção de história paraibana” (DIAS:1996, p.16)

Intrepida Ab Origine é uma obra da historiografia paraibana de caráter crítico com a produção historiográfica dominante, que visou a perpetuação de uma memória com um consenso sobre o passado. Além disso, o legado deixado pelo IHGP e a atuação dos seus membros no nosso percurso, possuem relevância na medida em que são revisitados dentro das conveniências de cada contexto.

A historiografia produzida pelo IHGP no período estudado na obra é caracterizada como uma historiografia factualista, que narra o fato por si mesmo, estando desvinculado das relações sociais do qual o mesmo é componente. Uma História predominantemente masculina, que

encarnando essa ideologia do progresso, os historiadores do século XIX dividiram-se, uns procurando explicar o presente através do passado, outros estabelecendo o inventário dos acontecimentos que conduziram ao presente, com essa história fatural banalizando o acontecimento atual, visto que, assim que é enunciado, torna-se passado (FERRO, 1989, p.110).

O legado do IHGP ainda pode ser encontrado hoje, onde seu modo de escrever História teve sua continuidade garantida pelo mesmo e por pessoas ligadas, além de bacharéis, médicos, autodidatas que fazem uso de um “estilo” de escrever História caracterizada pela repetição, pela parcialidade fanática restrita aos “grandes sujeitos” da História. Esse legado é acionado sempre que convém aos atuais dentro da disputa pela História e, conseqüentemente pela historiografia.

Não é demais lembrar que o IHGP foi fundado com base no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Esse, em 1838, surgiu com a responsabilidade de sistematizar a História do Brasil e, através disto, promover a identidade da nação. O IHGB, portanto, marcaria a passagem de um “Brasil sem História” para um “Brasil com História”. Muito podemos lembrar-nos de Manoel Luis Salgado Guimarães, em *Nação e civilização nos trópicos*, quando trata do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Segundo o autor, trata-se de precisar como esta historiografia definirá a Nação brasileira e lhe dará uma identidade para atuar em caráter interno e externo.

Assim, estamos em um momento em que o discurso historiográfico ganha autoridade, onde o “historiador” passa a ser reconhecido como um pesquisador da produção científica. Estes eleitos, entretanto, são de uma estirpe de notáveis, marcadamente elitistas, herdeiros de uma tradição do século XIX. Ocupam o topo de uma pirâmide e, de seu posto, são responsáveis pelo esclarecimento de toda a sociedade.

Aqui talvez seja pertinente nos lembrarmos de Norberto Bobbio, em *Os intelectuais e o poder*, onde infere uma importante reflexão sobre o papel dos intelectuais em nossa sociedade, ao dizer que

sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os

corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de idéias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra (o poder ideológico é extremamente dependente da natureza do homem como animal falante) (BOBBIO, 1997, p.11).

Gostaríamos de chamar atenção que, neste momento, não há ainda um especialista nos estudos históricos, o historiador propriamente dito. Assim sendo, a função do historiador era exercida por outros profissionais que, por estarem em um lugar de fala como o IHGP, tinham propriedade para efetuar a produção da História local.

Margarida Dias ressalta que além dos objetivos já explicitados acima, o IHGP mostrava a relevância da escrita da História da Paraíba feita por paraibanos e assim se proclamavam como marco histórico e fundador de uma historiografia paraibana. Outro ponto importante o qual não podemos deixar de registrar é o vínculo do IHGP com o próprio Estado. Na comissão que formou o instituto tínhamos o presidente de Estado Álvaro Machado. Observa-se, portanto, que o IHGP, desde a sua criação, possuía estreita ligação com o Estado que lhe forneceu toda infraestrutura necessária para instalação, que passou desde o espaço físico até as subvenções mensais que lhes davam as condições para efetuar as pesquisas históricas e geográficas, tais como visitas, organização de fontes e a publicação da revista do Instituto, garantindo assim a possibilidade do IHGP alcançar seus objetivos.

Desta maneira, o Estado assegura ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano a posse da produção da historiografia paraibana até a fundação da Universidade Federal da Paraíba. A partir daí abria-se o caminho para “escrever a história, catalogar as fontes, juntar todo o material possível que servisse para glorificar o passado – era esse o sentido exato das iniciativas” (DIAS, 1996, p. 39).

Partindo de uma inexistência da História da Paraíba ou, como se referiu Margarida Dias, “mais do que a inexistência, o desconhecimento da história”, a prioridade inicial era o cadastramento de arquivos, o reconhecimento dos documentos, as escavações arqueológicas. Dessa maneira iniciava-se um trabalho de preservação da memória sem precedentes no Estado, “a eles caberia o trabalho de catalogação das fontes e reconstituição do processo histórico, para depois, seus seguidores, na posteridade, escreverem a história” (DIAS, 1996, p. 40).

Criava-se um local de produção do conhecimento, uma atividade sem tradição local. Apesar das dificuldades iniciais, foi o caráter oficial do IHGP que lhe logrou, paulatinamente, o *status* de foco de produção historiográfica, transformando-o em lócus da História da Paraíba. Para Margarida Dias, o Instituto Histórico cumpre com a tarefa que se propôs: escrever a História da Paraíba, lançar as bases da historiografia paraibana.

Fazia parte do projeto do Instituto Histórico - para a construção de uma geração de uma História - a necessidade de reunir pessoas para recordação dos fatos ou para eternizá-los. Isolando o fato, destacando-o como digno de recordação, de comemoração,

de rememoração e, conseqüentemente, de inclusão na historiografia, se faz o primeiro mapeamento do processo histórico paraibano. O IHGP buscou realizar a tarefa de sistematizar uma produção historiográfica capaz de contribuir para o desenho dos contornos que se propunha definir para a Paraíba.

Os desdobramentos de 1930 são extremamente importantes para se observar as disputas, não só políticas, mas também aquelas que perpassam nosso campo. José Luciano Aires em *Inventando tradições, construindo memórias*, defende que a construção da memória foi mitificada em torno de João Pessoa, inventando-se uma tradição apelativa a seu nome, onde havia dois objetivos: legitimar o golpe de Estado da Aliança Liberal e legitimar também o Estado que se estrutura como consequência.

A partir do assassinato de João Pessoa foi se forjando uma atmosfera mítica em torno de seu nome. No imaginário social e coletivo era “santo”, “herói” e “mártir”. Àqueles que construíram esta imagem o dava como exemplo a ser seguido, incutindo a ideia de paraibano bravo e resistente. O culto a João Pessoa é anual, através das comemorações cívicas do dia 26 de Julho, data da sua morte. Após a morte de João Pessoa, foi empreendida uma grande leva de ações para o engajamento desta memória na sociedade. Não podemos esquecer também que há toda uma disputa política de cunho nacional.

Em decorrência de 1930, João Pessoa passou a denominar ruas, praças e avenidas por todo o país, extrapolando o estado da Paraíba, ganhando simbologia nacional como ícone da Aliança Liberal.

A historiografia oficial constrói uma ideia de complô por parte de João Dantas, Augusto Moreira Caldas, João Suassuna e outros para assassinar João Pessoa, tendo sido pego covardemente, sem direito a defesa. Isso assenta a ideia de martirização. Esta mesma historiografia torna consensual a influência da morte de João Pessoa para o êxito do movimento de 1930.

Foi grande a quantidade de projetos de leis e a rapidez com que a Assembleia Legislativa da Paraíba buscou constituir a memória de João Pessoa. Entre 7 de Agosto e 20 de Setembro de 1930 foram instituídos: feriados, pensão aos filhos de João Pessoa, criação de monumentos, a mudança no nome da capital, criação de nova bandeira estadual entre outros.

A repercussão, entretanto, é nacional. A morte de João Pessoa é utilizada como munição para a retomada dos planos ditos golpistas. Para se ter uma ideia, segundo pesquisa promovida por Aires (2006), feita junto as Empresas de Correios e Telégrafos, das 26 capitais brasileiras, em apenas sete não se encontra alguma referência de rua com o nome do ex-presidente João Pessoa. Assim,

a construção da memória de João Pessoa, confundindo-se com a memória da “Revolução de 1930”, seria exaustivamente elaborada. Em nosso entendimento, entre o assassinato do presidente e a eclosão do movimento de 1930, ocorreu um primeiro movimento dessa memória, com vistas a preparar a legitimação do golpe. Em seguida, ocorreu um segundo movimento, em que a apropriação da memória objetivou a legitimação do Estado e do grupo no poder que, então, vai

se configurando e se vale da memória como recurso nesse sentido (AIRES, 2006, p. 22).

A historiografia paraibana tratou de socializar tudo isso como algo coletivo. A materialização das narrativas historiográficas foi elaborada pelas mãos de uma elite intelectual que era ligada ao poder estatal. Como já inferimos anteriormente, a única instituição responsável por escrever a História da Paraíba, de maneira sistemática, neste momento, era o Instituto Histórico.

Durante muito tempo o IHGP foi questionado de seu envolvimento político nas suas produções, mas em se tratando dos desdobramentos de 1930, seus representantes alegavam que não se tratava mais de assunto político, pois a morte de João Pessoa era fato histórico. Não precisamos aqui refutar tal argumento, pois já esclarecemos antes que o Instituto Histórico possuía sim vínculos indiscutíveis com o governo do Estado.

Entre 1930 e 1945 a “Revolução de 1930” passou a ser objeto constante na produção historiográfica do IHGP, com publicações de livros, artigos, discursos e conferências de seus intelectuais.

Muitos destes intelectuais estavam vivenciando os desdobramentos de 1930 de perto e se dedicaram a esta temática no calor dos acontecimentos, fazendo muitas vezes, a legitimidade do movimento de 1930. O discurso político e o discurso historiográfico confundem. Devemos lembrar ainda que eles participavam do governo ocupando cargos públicos e que claramente

não eram historiadores por formação. Por isso, chega a ser anacrônico cobrarmos fundamentação teórica em trabalhos elaborados por jornalistas, advogados, autodidatas. Preocupavam-se, evidentemente, em narrar a “verdadeira” história, em contemplar uma memória, materializando-a em um lugar. Entretanto, na prática, exerciam o ofício a partir do modelo oficial dos Institutos Históricos. A sua concepção de História é narrativa, linear, factual, política, biográfica, decorativa, centrada nos “heróis” como sujeitos; concepção essa que, de tanto ser produzida e reproduzida na História da Paraíba e do Ensino de História, formou subjetividades, inclusive no senso comum, do que deveria ser o objeto da ciência História (AIRES, 2006, p. 89).

Essas produções, por seu turno, são elitistas, biográficas apologéticas, maniqueístas e parciais, se pautando demasiadamente em cartas, telegramas e relatórios, que são transcritos no decorrer das narrativas a fim de provar a “verdade” dos fatos. Estamos tratando de produções historiográficas que vão dar continuidade à construção da memória oficial.

Assim, queremos demonstrar que os intelectuais ligados a Aliança Liberal tiveram espaços institucionais para a produção de seus discursos, através do Estado e do IHGP, uma vez que foram credenciados a construir tal historiografia.

A partir de 1947 foram criadas algumas instituições de Ensino Superior na cidade de João Pessoa, mas só em 1949 (apesar de apenas em 1952 iniciar funcionamento) foi criada pelo governo do Estado a Faculdade de Filosofia da Paraíba,

que possuía os cursos de História, Geografia, Letras Neolatinas e Pedagogia. A Faculdade de Filosofia da Paraíba foi a primeira a manter um curso de História.

Apesar desse fato, os cursos mais procurados eram o de Direito, Medicina e Engenharia. Não possuir universidade na capital, independentemente do Estado, era algo vergonhoso e por isto também havia o interesse dos políticos locais.

Com referência a essa questão,

fica evidente que a falta de recursos materiais, a necessidade de deslocamento a outros centros com o intuito de obter o diploma de curso superior, a possibilidade de ascensão econômica e social das classes intermediárias e a pressão causada pela necessidade de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho foram fatores que contribuíram para que providências fossem tomadas, justificando a criação da Universidade da Paraíba (BEZERRA, 2007, p. 40-41).

Na década de 1960 a política federal direcionou o país à industrialização e, para isto, necessitava-se de mão-de-obra qualificada. É neste contexto que temos a criação da Universidade Federal da Paraíba. A elite dominante e os trabalhadores se unem para apoiar a causa, embora possuíssem interesses opostos:

O que se tem de fato são duas camadas sociais bem definidas: a elite dominante, que controlava o poder político-econômico, e os trabalhadores, ambas com interesses antagônicos, mas que são favoráveis à criação da Universidade Federal da Paraíba nesse momento. A camada economicamente dominante é favorável à federalização da Universidade da Paraíba, pois seus filhos não mais seriam levados a deixar o estado em busca da conquista de um diploma de curso superior em outro estado da federação, muito embora desconfiassem da qualidade dos cursos ofertados pela nova universidade (são várias as razões que levam a essa desconfiança, mas a principal é a falta de qualificação profissional dos professores). Enquanto isso os trabalhadores viam em um curso superior, a possibilidade de ascensão social através da qualificação profissional para o mercado de trabalho. (BEZERRA, 2007, p. 45).

Segundo o autor, portanto, a implantação e ampliação do ensino superior na Paraíba entre as décadas de 1940-1960 não teria sido para atender a população, muito menos pelo desenvolvimento do Estado, mas sim pela educação ter passado a ser vista como instrumento para ascensão social onde parte da classe média começa a ter acesso a universidade, formando professores.

De acordo com a pesquisa feita por Bezerra (2007, p. 56), nos dez primeiros anos de formação de profissionais de nível superior da Faculdade de Filosofia da Paraíba temos os seguintes números totais de concluintes por ano (incluindo os cursos de História, Geografia, Filosofia, Letras e Pedagogia):

Ano	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Concluintes	26	22	17	35	48	60	43	46	46	25

Relação dos alunos formados na Faculdade de Filosofia da Paraíba (BEZERRA, 2007).

Ainda segundo a mesma pesquisa, a produção científica da Faculdade de Filosofia entre 1952-1967 revela que a área de concentração de História era responsável por mais da metade dos trabalhos produzidos (História = 63, Geografia= 5, Filosofia=19, Letras=18 e Pedagogia=5). Percebemos, portanto, a importância da Faculdade de Filosofia para a historiografia paraibana que era dominada pelo Instituto Histórico Geográfico Paraibano até então, muito embora esta historiografia não signifique uma mudança dos padrões, pois quantitativamente é bem significativa.

Com a reforma universitária da década de 1960, tivemos a extinção da Faculdade de Filosofia da Paraíba e a criação do Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas. Apesar da reforma, a formação e, conseqüentemente a produção, continuava a ser de caráter generalista, conteudista e reprodutivista, calcada nos princípios da educação tradicional (BEZERRA, 2007).

A produção historiográfica, portanto, estava a mercê de professores improvisados, muitas vezes desprovidos de qualificação e interesse pela pesquisa. Bezerra (2007, p. 106) aponta que os professores do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia geralmente eram formados em Direito ou em seminários religiosos.

Se tomarmos por base a distribuição de disciplinas do curso de História desde 1953, quando Geografia e História compunham um único curso, até 1973, após a implantação do sistema de créditos, poderemos perceber mudanças significativas que nos são importantes para compreender o contexto histórico desta produção científica.

No currículo de 1953 percebemos a proposta universalizante da estrutura curricular, pois contemplava disciplinas das duas áreas de concentração: Geografia e História. Eram quatro anos, onde o último era reservado as disciplinas pedagógicas, os três primeiros davam a titulação de bacharel, a conclusão do quarto garantia o grau de licenciatura. Nesse contexto, a História caracterizou-se pela exposição dos fatos, pela História do indivíduo heroicizado.

A partir da separação do curso de Geografia da História, em 1958, a formação de profissionais em História passa a ser mais específica, surgindo à disciplina de Introdução aos Estudos Históricos, por exemplo. Há uma mudança após os anos 1960, surgindo os primeiros estudos na área de “História do Brasil” em que os trabalhos deixam de expor fatos e passam a análises críticas, valorizando aspectos teóricos.

Após a LDB em 1961, há grande destaque para a História do Brasil como disciplina. Por conseqüência, tem-se o debate para a inclusão da História da Paraíba. A ideia seria desdobrar o curso de História do Brasil nos quatro anos, nele inserindo a disciplina de História da Paraíba. A mudança vem em 1973, no sistema de créditos, com o desdobramento de História do Brasil em quatro disciplinas obrigatórias, entretanto ainda não há disciplina de História da Paraíba. Nessa ausência, tudo nos leva a crer que permanece o predomínio do IHGP na produção historiográfica paraibana.

Almir Félix de Oliveira, em *Memória, História e Patrimônio* nos faz pensar sobre a instituição de memórias, seja através da ratificação ou da retificação, através da catalogação do patrimônio. Esse debate surge no Brasil com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em nível nacional. Escolhendo tais

patrimônios temos a finalidade de lembrar, guardar em nossa memória, atos, fatos e pessoas que não devem ser esquecidos para perpetuação e/ou manutenção de memórias.

Em certo sentido, estabelecemos uma relação de poder entre quem notabiliza e quem aceita tais nobilitações. Assim, podemos ter a definição daquilo que será definido como referência coletiva, inclusive hierarquizando as memórias em questão. Uma devem ser produzidas, pois são superiores, melhores e/ou mais importantes que tantas outras politicamente inferiores, inclusive, muitas vezes o que temos, diante de tombamentos, são as sacralizações de fatos e grandes heróis, exaltando classes vencedoras em um jogo onde várias memórias estão em disputa.

Os tombamentos criam identidades, no sentido de pertencimento ao local. Por isso a grande importância, para nós, em lançarmos esta reflexão no sentido de perceber como a memória está profundamente atrelada à preservação do patrimônio cultural. Debates, até agora, as repercussões historiográficas, no sentido de compreender as produções intelectuais da História dentro de um contexto histórico. Entretanto a historiografia não é a única maneira pela qual se estabelece uma memória e, mais que isto, se disputa memórias.

Da mesma maneira que a História escrita tem função, muitas vezes, de ratificar uma memória oficial e/ou de grupos, através da escolha do que deve ser lembrado e esquecido, assim também encontramos estas funções nos tombamentos promovidos. Não podemos esquecer-nos do caráter pedagógico que o patrimônio pode ter:

O patrimônio histórico, por ser uma produção cultural, encerra em si características que favorecem, facilitam a relação de ensino-aprendizagem por parte de quem o utiliza, por parte daqueles que o usam como fonte documental para a obtenção de conhecimentos a respeito de uma determinada época, de determinadas condições socioeconômicas de produção de determinado bem, das relações de poder (OLIVEIRA, 2010, p. 53-54).

Trata-se da construção de uma História através de monumentos históricos, onde indubitavelmente há privilégios e objetivos funcionais. Tudo isto pode ser aplicado ao nosso país, onde a perspectiva política a ser desenvolvida era que, acima de tudo, favorecesse os fatos memoráveis da História do Brasil. Surge assim, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com o Decreto-Lei n. 25 de 30 de Novembro de 1937, para organizar, determinar e tornar o que era considerado patrimônio histórico e artístico para sua conservação e preservação.

Apenas em 1978, quatro anos depois da fundação do Instituto, é que surgiu o Decreto-Lei n. 7819 que dispunha sobre o Cadastro e Tombamento dos Bens Culturais, Artísticos e Históricos no Estado da Paraíba. Aqui estava a definição dos parâmetros para os tombamentos, respaldando e legitimando a atuação do IPHAEP.

A maioria dos tombamentos feitos nos primeiros anos de fundação do Instituto eram de bens edificadas na cidade de João Pessoa. Foram bens imóveis, onde o IPHAEP produziu uma justificativa para cada tombamento, utilizando-se do jornal estatal *A União* para a divulgação. E, não menos importante, em sua grande maioria os monumentos guardam uma relação direta com uma historiografia paraibana consolidada

e ratificada por organismos oficiais, ou seja, o IPHAEP veio também para resguardar a memória de personagens considerados importantes para a História da Paraíba, como o próprio João Pessoa.

Basta lembrar que o tombamento do palacete da Praça da Independência foi muito em função de ter servido de residência ao presidente João Pessoa, em razão das reformas que o Palácio da Redenção passava no período.

Uma vez institucionalizado, entretanto, o IPHAEP surge como agente formal do passado, escolhendo o que seria importante para contar a História e resguardar a Memória. Os membros do Conselho Consultivo pertenciam a um grupo que tinham um lugar social, notáveis de capacidade técnica que possuíam uma concepção de mundo e uma percepção da História. Logo, estas pessoas cultas, representantes maiores de suas profissões, reconhecidos em seu *métier*, ao selecionarem os monumentos a serem tombados, o fazem de acordo com seus valores e concepções.

Os bens tombados, nos primeiros anos de atuação do IPHAEP, representam momentos marcantes da História da Paraíba segundo a produção historiográfica da época, onde se sobressaíam personalidades de “maior importância”. Ademais os estilos arquitetônicos que representavam as elites, as igrejas e os palácios do governo.

Luciano Candeia assinala outro importante ponto em *Comemoração, Memória e História no IV Centenário da Paraíba*. Aqui, sem sombra de dúvidas, tivemos mais um momento da utilização do passado para a manutenção de uma memória. Para Candeia (2002, p. 7), o IV Centenário “constitui um dos momentos de maior efervescência na produção historiográfica local.” Daí a importância de fazermos referência a esse momento.

Nesse caso, nos preocupamos com o problema da produção historiográfica, mas não esquecemos o caráter político, uma vez que se questiona a divulgação de um saber com função social explícita, ou seja, uma representação do passado que visa legitimar uma disputa de grupos sociais pelo poder. Identificamos outro momento significativo para nós, pois aqui

a história esteve em disputa, e, como tal, foi vigiada durante o IV Centenário, pois estava em jogo não apenas uma representação do passado com o qual se pretendia modelar o presente, mas também a imagem que a sociedade paraibana (ou, mais precisamente setores dela) pretendia dar a si mesma. (CANDEIA, 2002, p. 15)

O âmago da questão é o debate sobre os “percursos” da produção de memórias. A Memória produz a História, assim como a Deusa Mnemosine produz a musa Clio. Clio é filha de Mnemosine, criando uma ligação estreita entre História e Memória, da mesma maneira a produção historiográfica é um segmento da Memória Coletiva. Apesar das proximidades, há distanciamentos:

a memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psico-social de representação

de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz (MENESES, 1992, p. 22).

A historiografia paraibana ainda tem outro desafio a ser enfrentado diante do IV Centenário. Segundo Candeia (2002, p. 46), a Paraíba na altura possuía 53% da população adulta analfabeta, além de aproximadamente 211 mil crianças em idade escolar fora dos estabelecimentos de ensino, ou seja, os meios formais de propagação do saber, os livros, provavelmente não iriam surtir efeito, eram necessários outros mecanismos para abranger a população como um todo. Daí a produção de obras cinematográficas, quadrinhos, músicas, monumentos, etc. Toda esta construção de símbolos em torno dos quatrocentos anos da Paraíba vinha neste sentido, tornar possível a assimilação desta memória para toda a população, independente de grau de instrução, coisa que a produção historiográfica clássica era incapaz de fazer.

Todo o conjunto de ações das comemorações do IV Centenário é um discurso, afinal toda ação é uma ação política. Comemorações deste viés visam promover uma identificação da sociedade, criando todo um aparato que perpassa a “reescrita” da História. Em razão disso, Candeia (2002, p. 49) aponta que

o tipo de história produzida pela Comissão do IV Centenário (sejam obras inéditas ou reeditadas), manteve a característica de fazer apologia aos grandes homens, alguns elevados à categoria de heróis, sugerindo, assim, uma concepção de história que prima pela valorização excessiva do papel dos indivíduos no processo histórico.

A Comissão e, conseqüentemente, o IV Centenário da Paraíba, de modo geral, parece ter apenas seguido o mesmo percurso do Instituto Histórico Geográfico Paraibano que, como objetivamos sistematizar, era o principal responsável pela produção do conhecimento histórico na Paraíba. A Comissão teria reivindicado para si um pluralismo, uma publicação com autores diversos que garantiria orientações diferentes, mas ainda que contasse com a participação de vários autores. Continua mantendo a mesma orientação metodológica e a mesma concepção de conhecimento.

No IV Centenário foi extremamente forte a produção através das narrativas históricas. Aqui é importante nos remetermos a como o discurso é reutilizado dentro das conveniências que lhes são pertinentes. A produção do IV Centenário vai ao encontro dos valores dos segmentos sociais dominantes, de certo tipo de historiografia que segue o modelo do IHGP. Mais do que isso, da mesma maneira que os autores do Instituto Histórico assim estão também os autores do IV Centenário, fazendo parte e/ou atuando em instâncias burocráticas do governo, muitas vezes usufruindo do Estado.

É importante ressaltar que, no conjunto desta discussão sobre memória, o IV Centenário da Paraíba exerce, com o passado e com o conjunto da historiografia paraibana tradicional, uma relação muito particular. Não rompe com o passado, antes pelo contrário, parte em busca de seus mais importantes momentos, servindo-se das narrativas disponíveis. Neste particular, a história é convidada a desfilar num carro alegórico de destaque, figurando, assim, entre as mais

significativas alegorias como parte integrante da memória coletiva, onde desfilam os mitos, os grandes momentos, enfim, o que deve ser lembrado e cultuado pelo conjunto da população. Claro que a história que aí desfila é marcada por esquecimentos e silêncios, uma vez que está sendo agora, mais do que nunca, vigiada, especialmente por uma Comissão responsável pelos festejos dos quatrocentos anos da Paraíba (CANDEIA, 2002, p. 58).

Todas essas obras pretendiam permanecer mediante sua incorporação na educação do Estado, nas escolas, para que houvesse uma continuidade. Assim, explica-se o empenho da comissão organizadora em produzir obras inéditas, reeditar outras e propagá-las. Obras que deveriam auxiliar professores em suas aulas de História, tornando-se referência para a sociedade.²

O que não nos deixa dúvida é que tais produções foram lançadas em um momento específico onde se pretendia estimular a sociedade a olhar seu passado e, mais que isto, orgulhar-se dele, consolidando ideias que cultuavam um passado e o ratificava no presente dentro dos interesses de setores sociais hegemônicos. Para termos uma real dimensão da produção, segundo o levantamento feito por Candeia (2002, p. 69), tivemos o lançamento de aproximadamente 60 obras.

Aqui deveremos discutir a natureza do conhecimento histórico produzido por historiadores, sobre seus escritos, métodos, interpretações e a sua relação com a memória coletiva. A produção do IV Centenário se constituiu em um discurso legitimador, com mitificação de sujeitos históricos e a consolidação de fatos, contribuindo para a construção, (re)organização e (re)afirmação de uma memória.

A produção, antes de oferecer uma revisão crítica, como alegou a comissão organizadora, sacralizou um passado e apresentou a comemoração como afirmação deste. No IV Centenário, enquanto a população teria sido envolvida pelos festejos, a direção teria ficado sob controle dos intelectuais, neste caso os historiadores, tradicionais controladores das razões históricas, soberanos em suas palavras e em seus lugares de fala.

Para Candeia (2002), no IV Centenário a História e a historiografia aparecem sem conflitos, apenas desempenhando sua função que era de criar uma identificação do povo paraibano com seu passado. Esta função é importante não só por este motivo, mas também porque foi capaz de manter, no presente, um passado que deveria ser cultuado, ou seja, ao decidir sobre a natureza das publicações por obras de autores conhecidos pela historiografia paraibana, se afirma assim, um passado no presente para se perpetuar no futuro.

² Para maiores detalhes sobre a produção do IV Centenário da Paraíba, verificar a análise promovida por Luciano Candeia em *Comemoração, Memória e História no IV Centenário da Paraíba* citada neste trabalho.

REFERÊNCIAS

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memórias: a “Revolução de 30” na Paraíba.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

BEZERRA, Francisco Chaves. **O ensino superior de História na Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea.** São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CANDEIA, Luciano. **Comemoração, memória e história no IV centenário da Paraíba.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida Ab Origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Produção Local-1905-1930.** João Pessoa: Almeida Gráfica, 1996.

FERRO, Marc. **A história vigiada.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos históricos**, n. 1, p. 5, 1988.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, 1992.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, História e Patrimônio Histórico: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico.** São Cristóvão: UFS, 2010.